



Diretoria Geral

DESPACHO-DG - 81952023 ( relativo ao Processo 155962023 ) Código de validação: 1F233705C0

Assunto: Registro de Preço

Interessado: Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir do MEMO-COEA - 2562023 , no qual a Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura solicita abertura de processo licitatório, objetivando registro de preços, para contratação de eventual e futura de empresa especializada na área de Engenharia e Geotecnia, para a prestação de serviços técnicos de topografia e sondagem, em terrenos pertencentes à Procuradoria Geral de Justiça, em diversos municípios do Estado, com valor total estimado de R\$ 351.107,70 (trezentos e cinquenta e um mil, cento e sete reais e setenta centavos).

Vieram os autos encaminhados pela Secretaria Administrativo-Financeira/SAF, DESPACHO-SAF - 54792023, nos seguintes termos:

"Após parecer da Assessoria Técnica da Administração, anexo PTC-ACI - 13142023, e considerando os documentos anexados pela Unidade gestora, conforme MEMO-COEA - 3562023, e tendo em vista a solicitação de abertura de processo licitatório, objetivando registro de preços, para contratação de eventual e futura de empresa especializada na área de Engenharia e Geotecnia, para a prestação de serviços técnicos de topografia e sondagem, em terrenos pertencentes à Procuradoria Geral de Justiça, em diversos municípios do Estado, com valor total estimado de R\$ 351.107,70 (trezentos e cinquenta e um mil, cento e sete reais e setenta centavos), conforme solicitação da Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura, anexos MEMO-COEA - 2562023, MEMO-COEA - 3562023 e TERMO DE REFERÊNCIA, e com posicionamento favorável desta Secretaria Administrativo-Financeira, submeto os autos à consideração de Vossa Senhoria, para análise/autorização, visando à instauração do competente certame licitatório."

## Ante o exposto:

- 1. **Autorizo** a abertura de processo administrativo na forma preconizada na Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 2. À Comissão Permanente de Licitação, para que adote as providências necessárias objetivando atender ao pedido formulado na inicial, tudo em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

2023 - O Ministério Público na proteção dos direitos das comunidades quilombolas e da segurança alimentar





## **Diretoria Geral**

## assinado eletronicamente em 21/12/2023 às 11:29 h (\*)

## JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES DIRETOR GERAL